

Modernidade portuguesa na senda de Garrett *

Fernando Augusto Machado



Longa é a história da construção da modernidade europeia. Basta mergulhar um pouco na génese da construção dos conceitos e instrumentos que permitiram a consagração tendencialmente consensual de Galileu e Descartes como marcos da descontinuidade inauguradora do pensamento moderno, para descortinarmos raízes que beberam matéria e métodos em fecundos terrenos, identificados ou anónimos, antes cultivados.

* Texto apresentado em primeira versão no V Encontro Cultural da ESNA de Castelo Branco e definitivamente preparado para a conferência proferida a convite da Biblioteca Pública de Braga, em 27 de Outubro de 1999.

Dessa pré-história da modernidade cultural, científica e filosófica que mudou mentalidades e condições de civilização e progresso, e que foi importante critério de bem estar e de felicidade individual e dos povos, fez parte Portugal. Em obra póstuma, feita com meticulosidade e rigor, Barradas de Carvalho¹ faz um estudo comprovativo desta participação portuguesa, aplicado à matematização do real e à experiência científica e experimentação, esteios fundamentais das teorias científicas e filosóficas daqueles dois e outros sábios pensadores. Mas na circunstância, bastar-nos-á evocar os nomes de Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, Garcia da Orta, D. João de Castro, do próprio Camões quando discorre, dando prevalência inquestionável à observação e à experiência, e evoca os *sábios da escritura*, sobre *que segredos são estes da natura*. De certa forma podemos dizer que esta é a época da nossa história em que a controversa expressão *Filosofia e Pensamento Científico Português*, pôde mais francamente sobrepor-se a esta outra, certamente mais realista mas por alguns considerada miserabilista, *Filosofia e Pensamento Científico em Portugal*². Garrett não deixará também de alardear a então subida posição do país, descrevendo a nossa capital como ponto de encontro e busca de saber dos sábios da Europa, não se inibindo mesmo em falar dos *nostros filósofos*³.

A partir desta época fecunda, circunstâncias internas e externas determinaram um progressivo e brutal descompasso entre a nossa realidade e a realidade europeia, descompasso que teima em persistir e cuja diluição tem sido lenta, penosa e tergiversante. Como sabemos, a *Inquisição* e a *censura* foram dois dos obstáculos de mais largo espectro e de mais fundas consequências, seguramente os mais notados e ironizados no estrangeiro. Voltaire, por exemplo, cheio de referências nas suas obras a Portugal, não deixaria escapar o mote ao adivinhar Newton vestido de um *San Benito* a caminho da fogueira se tivesse nascido em Portugal! Mas muitos outros que tiveram oportunidade de por cá andar, retrataram e caracterizaram a nossa indigência cultural e civilizacional desse período em que floresciam as Luzes e a inovação pelas suas terras. Lembramos Bourgouing, Goudar, Dalrymple, o Conde d'Albon, Dumouriez, Link, Stevens, Carrère, Carl Ruders e vários outros, alguns dos quais não quiseram fornecer a sua identidade.

Este mesmo descompasso foi também, e com acrescida emoção, desabafado e denunciado por muitos intelectuais da nossa terra, vivendo cá ou fora, muitos

por infortúnio persecutório, mas sempre incomodados com a flagrante e quase excepcional situação que constituíamos na circunstância europeia. Assim foi, por exemplo, e bem cedo, com o pertinaz, humanista e superior literato Padre António Vieira que publicitaria, pesaroso mas convicto do seu efectivo conteúdo, o epíteto com que no exterior nos costumavam classificar de *cafres da Europa*; com o Conselheiro real de D. Pedro II e D. João V, o culto e prestigiado embaixador nas mais importantes cortes europeias, D. Luís da Cunha, que no seu *Testamento Político* traçou um quadro bem realista desta degradante ambiência nacional; com Melo Franco quando classificou a nossa Universidade, no célebre poema que correu manuscrito e constituiu *top* de difusão e leitura na instituição em causa, de *Reino da Estupidez*, título da própria peça; com o erudito autor da *Recreação Filosófica*, um dos mais divulgados em toda a Península Ibérica, Teodoro de Almeida, quando orou em Julho de 1780 na abertura do mais importante alforge de produção cultural que tínhamos, a Academia das Ciências de Lisboa, exprimindo a sua mágoa, indignação mas também esperança, contra o ferrete dessas humilhantes representações:

Que admirados ficareis, senhores, se soubésseis quão vil é o conceito, que muitos fazem injustamente de nós! Quando lá fora casualmente aparece algum português de engenho medíocre, admirados se espantam como de fenómeno raro; E como assim? (dizem) de Portugal? do centro da ignorância? (...) Ouvindo estes injustos opprobrios, os olhos se me fechavam com peijo, emudecia a língua, e a face se me cobria de confusão ⁴.

O quadro era tão pungente, que até um famoso se bem que anónimo Censor Pombalino ⁵ chegou a aconselhar com veemência o Patrono da *Real Mesa Censória*, contra a nossa clamorosa ignorância e o fanatismo inquisitorial que tanto degradavam a imagem de Portugal, o que não deixou de sensibilizar, diga-se, este ministro de D. José; depois temos Verney, José Agostinho de Macedo, Garrett, Antero de Quental, e tantos queixosos e vítimas da situação. O foragido e respeitado poeta Filinto Elíseo retratava primorosamente e ironicamente o quadro, relevando o contraste entre a forte crença religiosa do nosso povo, e a crassa ignorância que a servia. Eis a paradigmática oração que reflecte este estado, e que põe na boca de um qualquer fervoroso crente: "Bendita seja a Santa Trindade // Irmã de Nossa Senhora!" ⁶. Deixei para o fim

a referência a Ribeiro Sanches, este ilustre ilustrado de Penamacor e um dos maiores representantes do que melhor se fez na e pela cultura portuguesa, para o lembrar e render-lhe pública homenagem, neste ano de celebração do terceiro centenário do seu nascimento. Em *Dificuldades que tem um Reyno velho para emendar-se*⁷, apelidará o Portugal dessa época, de *Reino cadaveroso* e *Reino Velho* “instituído com as leis do fanatismo, com as leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súbditos”, que é como quem diz, e fazemos jus ao critério político-jurídico da classificação, país religiosamente fanático e politicamente despótico.

Amiúde confirmará Garrett este quadro. Já longe no tempo, e com a bandeira liberal há muito desfaldada, retratará a nossa porfiada persistência numa espécie de impermeabilização às *Luzes* criada por hábitos viciosos e impostos: “A corrupção e a ignorância é a herança de um povo servo por muitos anos. Portugal está neste caso”. Escrevia o desabafo em 1840⁸.

A quase totalidade dos discursos de análise das ortodoxias tradicionalistas europeia e nacional, bem como a convicção mais arreigada e expressa dos pensadores heterodoxos das *Luzes* e tempos subsequentes, afixam a importância decisiva do vector intelectual na determinação da natureza das situações e da eclosão das mudanças nas sociedades. Ele determinaria em grande escala o reino da *opinião* que governa o mundo, como era lema dos enciclopedistas franceses, e projectaria directamente a sua acção e efeitos da sua inovação e criação para eventuais revoluções se necessárias, e sempre para o progresso e civilização dos Povos. Esta foi a maioria das leituras sobre a génese e o carácter da Revolução Francesa e da nossa Revolução liberal, e assim se compreende também a veiculação generalizada do princípio fundamental da ilustração que identifica *tiranía e infelicidade* dos Povos com a *ignorância* destes, e *liberdade e desenvolvimento* nos diversos níveis, com *ilustração*. No caso português, basta passar em revista a imprensa periódica anterior ao vintismo, vocacionada para fazer a pedagogia para a revolução, ou a do vintismo na sua generalidade que fez a pedagogia da revolução, para aceitar sem reserva a força desta convicção. Foi, aliás, pressuposto que não passou despercebido ao autor que motiva esta nossa reflexão: “Os livros e as doutrinas governam o mundo”, diz no n.º 1 do seu periódico *O Chronista* (4-10 de Março de 1827), explicando aí deste modo a nossa revolução: “A civilização cresceu, o povo andou, e o governo ficou estacionário”.

Com base nesse pressuposto, e no conhecimento da realidade portuguesa do século XVIII e do século XIX até ao vintismo, caracterizada por um esforçado isolacionismo, e porfiado e repressivo combate contra as *Luzes* e os seus valores, compreende-se como António Sérgio leu a questão num escrito que foi conferência proferida em Coimbra em 1926, cujo título foi exactamente inspirado no famoso médico tricentenário a que já nos referimos e que também serviu o saber da *Encyclopédie* com um artigo da sua especialidade profissional. Chama-se o escrito de Sérgio “Reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”. Diz o ensaísta:

O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é, se me não engano, o problema característico do Portugal Moderno, e o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa. Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, a mentalidade dos povos cultos; então, pode-se dizer que ele está na Europa, e a muitos respeitos na vanguarda dela; mas depois... Depois, desde essa data, o facho apaga-se; e o que se vê posteriormente é o estacar (o cair de golpe) desse Portugal do Renascimento. O espírito português do Quinhentismo – foi promessa que se não cumpriu. (...) Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra – se bem que brilhasse por vezes em alguns portugueses excepcionais...⁹ e ¹⁰.

Nesta excepcionalidade caberia, primeiro entre todos na primeira metade do séc. XIX, o grande Almeida Garrett que há 200 anos nascia para se tornar uma das referências mais notadas da história da literatura, da educação, da cultura e da política do nosso país. Por isso Hernani Cidade (1985) o colocará na abertura da galeria de mestres que fizeram a Revolução Cultural em Portugal. Invejado, combatido, perseguido e muitas vezes desvirtuado, como são quase sempre os grandes vultos da história, ele é uma nacionalidade que ressuscita, uma literatura mais que um escritor, uma época mais que um simples poeta¹¹, um génio que só encontra paralelo em Camões, um gigante na literatura e na eloquência, um político com uma estatura invulgar, o maior inovador mental do seu tempo..., expressões eventualmente empoladas mas com fundo certo que saem das bocas e das penas de António Pedro Lopes de Mendonça, Rebelo da

Silva, Latino Coelho, Alexandre Herculano, Gomes de Amorim, Augusto da Costa Dias, Feliciano Ramos, respectivamente, e que encontram paralelo nas de outros como Eduardo Lourenço, Joel Serrão, Alberto Ferreira, João Gaspar Simões, Jacinto do Prado Coelho, Manuel Mendes, Barradas de Carvalho, Teófilo Braga e uma plêiada de outros estudiosos actuais. A vida, a obra e o ideário do autor, dão razões de sobra para tal distinção.

Como sabemos, as Luzes foram um palco de vivos e até violentos combates entre o velho e o novo, o tradicionalismo e a modernidade. Foi um amplo e abrangente movimento que mudou profundamente o seu presente e que cavou indelevelmente no tempo do futuro. Hoje permanecemos, em significativa escala, envolvidos na ambiência que as caracterizou, e somos muito produtos dos seus desenvolvimentos, bons e maus, ou não fosse o iluminismo, como Cassirer, GUSDORF e outros estudiosos relevam, prevalentemente um método mais que um conteúdo. Newton polarizará muitas das potencialidades da mudança, pelo seu avassalador paradigma epistemológico de inteligibilidade gerador de tendências monistas. A *Natureza* e a *Razão*, assumidas na sua condição de imanência, e tornadas campo e instrumento de um *Homem* deste e para este Mundo, geraram condições, realidades e consequências de alcance estrutural e estruturante para as mundividências e os padrões de vida vindouros. Novos conceitos, novos saberes, novos valores, novas vidas, novas sociedades se perspectivaram e se foram realizando sob o signo de uma ousada recusa da transcendência e de uma progressiva dispensa gnoseológica, GUSDORF dirá mesmo “morte” de Deus¹², que um novo homem dominador, agora capaz de prever e prover, foi substituindo, dessacralizando os antigos referenciais e laicizando a sociedade e as instituições, com vista a construir, ainda neste mundo, a felicidade individual e dos Povos. As mediações divinizadas entre o céu e a terra – Igreja e Soberano – foram postos em causa na sua forma e exercício, e a sua acção conjugada, assente numa autoridade incontestável porque sagrada, foi alvo privilegiado de contestação, mesmo repúdio. Os absolutismos despóticos, fosse qual fosse a sua natureza e campo, não colheram, então, no iluminismo, frutos fáceis, mesmo quando a lei e a repressão o tentaram, como foi o nosso caso. Ilustração, progresso, civilização, humanidade, filantropia, tolerância, revolução, educação, liberdade, igualdade, são termos da nova linguagem tradutora dos novos valores que constituíram a base da esperança de uma diferente e melhor humanidade. A sua pertinência permanece com uma actualidade flagrante.

Pois bem: João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, de seu nome definitivo, foi quem, este é o nosso crer, melhor, mais ousada, persistente e sistematicamente deu desenvolvimento, no quadro da nossa circunstância, aos ecos, realidades e esperanças que este movimento, a mais fecunda forja da modernidade europeia, proporcionou. A sua incomum versatilidade permitiu-lhe uma abrangência de uso e difusão daqueles referenciais, única na história da nossa intelectualidade. Fê-lo enquanto romancista ¹³, poeta, dramaturgo (autor e actor), jornalista, pedagogo, etnógrafo, parlamentar, diplomata, par do reino, ministro, soldado combatente, jurista, reformador social, até pregador disfarçado, além de preso e exilado, que também foram nele, além de circunstâncias marcantes de vida e pensamento ¹⁴, modos de intervir. Esta última condição e as línguas que cedo dominou: latim, grego, espanhol, francês, italiano, inglês, alemão, além da materna que tão primorosamente usou, colocaram-no em posição privilegiada de assimilação e vivência dessas novas realidades e valores. Com eles se ornerà, destituindo os velhos ídolos para construir activamente a pátria do futuro, ilustrada, livre e feliz.

Até há pouco tempo, apenas um vector tem merecido a atenção de um tratamento e mesmo de um uso razoavelmente compatíveis com o merecimento do autor. Assistimos àquilo que costumamos designar como *imperialismo literário* em Almeida Garrett. Ficaram, então, em longa obscuridade, por circunstâncias de inconveniência política e outras, vectores estruturantes fundamentais da sua vida e da sua obra, sem os quais têm ficado inquestionavelmente prejudicadas a compreensão e a interpretação do autor em vários quarantes, incluindo mesmo o literário, quer na dimensão estética, quer conteudista. Referimo-nos essencialmente aos campos da política, da religião, da educação e das reformas sociais, cuja importância e fecundidade foram de tal ordem que só intencionalidades ideologicamente fortes e interesseiras puderam condicionar ou até eliminar, como aconteceu.

Tivemos já ocasião de tematizar o vector educacional *. Além de os seus projectos, ideário e até acção, terem sido nesta área os mais importantes e

* Ver Machado, F. A., *Almeida Garrett e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*, Porto, Edições ASA, 1993.

representativos do contexto liberal, a ele cabe o grande mérito de ter introduzido em Portugal o pensamento daquele que foi o pai da pedagogia moderna e inspirador de muitos dos sistemas educativos da época e actuais: Rousseau. Sendo assim, daremos agora mais, embora não exclusiva atenção ao vector político, o mais substantivo dos que permanecem em *deficit* de análise, quer em termos da vida quer da obra. Não deixaremos, contudo, de enaltecer a acção organizacional e analítica de Augusto da Costa Dias, o mais importante e esforçado garrettiano nesta área.

“Poucas vezes entre nós, diz João Gaspar Simões ¹⁵, um escritor acertou tão bem o seu próprio passo pelo passo do seu tempo”. É constatação que serviu já de critério a Teófilo Braga para organizar uma excelente biobibliografia – “Garrett e a sua obra” – que serve de abertura à Grande Edição Popular das *Obras Completas* do autor em 1904, e tem sido frequentemente reafirmada¹⁶. E assim foi, de facto. A sua vida e obra apresentam uma sincronia impressionante com a História do país, protagonizando a par e passo o pólo da inovação e da modernidade, congratulando-se, censurando, combatendo, organizando, reformando, projectando o futuro da Pátria que tergiversava em vicissitudes de variância acelerada. Neste aspecto diverge o seu critério de genealidade dos de outros que se impuseram porque arrastaram consigo um tempo que ainda não era o da sua circunstância. Aliás, o próprio Garrett reconhece no “A quem ler”, que serve de Prefácio às *Fábulas e Contos*, este paralelismo aplicado ao conjunto da poesia que compõe a *Lírica de João Mínimo*. Esta situação de quase identidade entre o percurso individual e o percurso histórico do país tem as primeiras raízes em vivências anteriores ao vintismo, aqui em clara marginalidade relativamente à política oficial, seguindo na circunstância o compasso da Europa mais desinibida e de outros companheiros militantes na heterodoxia. Na verdade, tendo como convicção repetidamente expressa que a Liberdade foi a grande conquista da sociedade moderna, cedo se tornou o seu Alceu, título que a si próprio repetidamente se atribuiu, mais cedo, aliás, do que o fazem pressupor algumas referências suas mais tardias, a este propósito. Diz em 1853, referido ao furor da sua juventude: “Alceu imberbe, (...) levanta-se com a revolução, destitui todos os ídolos velhos, e não canta senão hinos à Liberdade” ¹⁷. Neste mesmo texto se considerará como “irreconciliável inimigo dos déspotas”; antes, na *Autobiografia* que escrevera em 1843, revelava

também em concordância: “Veio o ano de 1820, e com ele a memorável revolução de 24 de Agosto. A palavra Liberdade retiniu no coração do moço escritor (...). Desde esse momento o poeta entrou na questão política”¹⁸. Ora, de 1817, três anos antes, portanto, do tempo indicado por aquelas referências, e com a idade de 18, escreveu ele o violento soneto *O Campo de Sant’Ana* que consagrou à também violenta morte do revoltoso combatente da Liberdade, Gomes Freire de Andrade, morto com outros companheiros por enforcamento, incinerado e lançadas as suas “malditas” cinzas ao vento e ao mar. Inclinado inicialmente a fazer uma proclamação de indignidade ao país, destilará a sua mágoa e raiva neste soneto que não escusamos de transcrever, dada a importância que lhe atribuímos como marco de construção da sua vida:

O Campo de Sant’Ana

*Longe hipócritas vis, longe impostores,
O mentido aparato religioso!
Que um Deus de amor, o nosso Deus piedoso
Abomina, detesta esses horrores.*

*De atrozes Leis cruentos guardadores,
Vos curvais ante o déspota orgulhoso,
E o sangue da pátria precioso
Torpemente vendeis por seus favores.*

*Geme sem protector a humanidade:
E vós, juízes, vós, tigres humanos,
A imolais sem remorso e sem piedade.*

*Ah! tremei, sanguinários desumanos;
Que ela há-de vir, tremei, a Liberdade
Punir déspotas, bonzos e tiranos*¹⁹.

Esta revolta permanecerá e será relemburada, tendo certamente sido decisiva na resolução de fundar uma sociedade secreta com alguns companheiros seus da universidade. Aliás, são hoje por vários estudiosos aduzidos argumentos sobre a sua provável pertença à Maçonaria e ligações ao Sinédrio.

A entrada prematura nos campos da heterodoxia política depreende-se, igualmente, da conhecida revelação que nos faz no *Prólogo* à 2.^a edição de *D. Branca*, quando afirma que o entusiasmo da revolução de 20 o apanhou em flagrante, rodeado de enciclopedistas, de Rousseaus e de Voltaires. Os caminhos da heresia política não seriam, então, para ele abertos, apenas com a revolução. As suas opções já tinham pressupostos formados quando a liberdade vintista permitiu a sua pública expressão. São, então, opções precoces, conscientes e alicerçadas. Aliás, o autor do *Emile* e do *Contrat social* tem uma presença vastíssima em toda a sua obra, mesmo nas pérolas da sua criação literária, poética ou de prosa, incluindo as *Viagens* ²⁰. Mas a influência dos autores revolucionários franceses em algumas peças anteriores ao vintismo e nos escritos que o seguiram de imediato, como no caso do célebre e ideologicamente carregado *O dia vinte e quatro de Agosto* (1821) ²¹, permitem-nos concluir que o menino que partira com 10 anos para os Açores por cautela familiar face às Invasões francesas, regressava adolescente com 17 anos ao Continente para se matricular em Coimbra já cheio de sementes de inconformismo e revolta de cariz revolucionário que logo germinariam em pleno, caso contrário não seria muito compreensível ter-se logo tornado o líder de uma Academia como era a de Coimbra, onde fervilhava uma ambiência carregada de referenciais importados da França. O nosso poeta e *divino* líder da Academia teria aproveitado a abertura ou a distração do seu actualizado tio Frei Alexandre da Sagrada Família para pôr em dia leituras de obras perigosas que não eram raras na biblioteca deste. Ou seriam também, porventura, desenvolvimentos de temporãs tendências jacobínicas que o *instinto* lhe fez brotar, desencadeadas e tornadas activas por extemporânea e exagerada leitura paterna de pecado político do acto que o havia levado, em garoto, a preferir empregar o dinheiro que lhe haviam dado para comprar gaitas e registos de santinhos na feira de S. Lázaro no Porto, na compra de um retrato do valente e invencível Napoleão, o que lhe valeu um castigo a quente ²²?

A vida de Garrett em Coimbra foi, tanto ou mais que o exercício de estudante, uma aguerrida luta cultural e política pela conquista e manutenção da liberdade. Muito permanece do contado e produzido nesse tempo entusiástico e de generoso desassossego que o sentimento pré-revolucionário induzia, e a revolução fez explodir: nos recitais patrióticos e revolucionários ao Corpo Académico, nos Manifestos, nos Protestos, nas representações teatrais das

suas tragédias cheias de mensagens de uma liberdade essencial. Como sabemos, além de modelos de arte, os dramaturgos gregos e romanos também foram mestres de cidadania aberta e participada. O teatro de Garrett, quer pela inspiração na forma e conteúdos desses clássicos, quer pela ambiência de actualidade e modernidade em que envolveu as suas peças, desempenhou uma função pedagógica e social paralela à desses dramaturgos na *polis* e na *republica*, potenciada nele pela explosiva situação nacional ²³.

Tudo foi intencionado para alimentar e orientar a irrequietude dos estudantes e de alguns professores. Na face negativa destas acções e produção, maldiziam-se as prisões, os ferros, a tirania, a escravatura; na positiva, divinizava-se a Natureza, cantava-se a Liberdade, a igualdade e a justiça, a felicidade dos Povos, a esperança da Pátria. *Liberdade ou morte*, era lema de radicalidade antropológica e social apresentado como não tendo alternativa neste tempo de renascimento pátrio e de fogueira juvenil. Atentemos no curto *Comunicado*:

ACADÉMICOS. Basta de sofrer! É muito, ó mocidade portuguesa! Os ferros que se quebraram à Nação, só ficaram nos nossos pulsos. Uma trama odiosa triunfou da justiça e da verdade. Haveis de sofrê-lo? Haveis de levar a sangue-frio o nome de escravos, o opróbrio deles? E na geral felicidade, na liberdade geral arrastar grilhões, e contentar-vos de gemer? Não, não o fareis. Reja os nossos passos a prudência, mas se for preciso mais que ela, empregue-se tudo. Sejamos livres, embora mortos ²⁴.

Tem a mesma força e o mesmo sentido o poema de Novembro de 1820, recitado na sala dos Actos Grandes. Eis um excerto:

Ao corpo académico

*Ergo tardia a voz, mas ergo-a livre
Ante vós, ante os céus, ante o Universo,
Se os céus, se o mundo minha voz ouvirem.*

(...)

*Ó flor da Pátria, ó mimo de seus filhos,
Ó lusitana ilustre juventude,*

*Jugo de ferro, que pesava outrora
Nos insofridos colos, já desfeito
Em pedaços quebrou; e a mão soberba
Da ignorância fanática e opressora,
Que os insofridos lábios nos tapava,
Ao golpe audaz caiu da Liberdade.
Anos de escravidão vingue um só dia,
Séculos ganhem fugitivas horas;*

*Em livres bardos à virtude, à glória
O froixo peito aos cidadãos movamos.
Pode mais do que a espada a voz e a pena;
Mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada,
E veja o mundo com terror e espanto
Em cada filho de Minerva, um Marte.*

*Tremam à nossa voz, caiam por terra
Aos nossos golpes, quantos se atreverem
A usurpar os direitos deste povo
Que em nós, sua escolhida juventude,
A melhor esperança tem da Pátria.*

*Oh! não lhe malogremos esta esperança.
Sejamos como sempre Portugueses,
Vivamos livres... ou morramos homens*²⁵.

Compreende-se, assim, a natureza das duas alcunhas académicas que amigos e detractores alimentavam: *divino*, os primeiros; *bacorinho*, os segundos.

O referido opúsculo *O dia vinte e quatro de Agosto*, a obra que mais exasperou os inimigos da liberdade e mais ódios lhe valeu, foi o escrito mais oportuno e ideológico que apareceu a justificar a revolução. Cheio de Rousseau, penetra em campos de difícil digestão para os próprios liberais mais moderados. Nele liga intrinsecamente *liberdade* e *igualdade*, tornando impossível uma sem a outra. E mesmo situando-as num contexto de civilidade, com acautelamentos de divergência e afastamento de um quadro naturalista do perigoso padrão

rousseauiano, que não nega, mas classifica de académico e abstracto, não deixou de perturbar algumas mentalidades mais sensíveis da classe burguesa que fizera e sustentava a revolução, a entrada descarada no jogo político de um direito igualitário definido como devendo ser o cidadão indistintamente amparado, protegido e castigado pela lei e seus executores, tornando-se só assim possível a sustentação da liberdade enquanto possibilidade de exercício de todos os direitos outorgados pela natureza, conquanto não se perturbassem a ordem e as leis rectamente constituídas. É que, desta forma, privilégios sonhados por uma classe de poder nascente ficavam arredados do horizonte, como o estavam a ficar da classe clerical e nobre. Mais tarde, não deixaria de consagrar no *Relatório do Código Administrativo de 1832* o princípio: “Nenhum cidadão tem mais direito do que outro às vantagens comuns. Todos gozam as mesmas prerrogativas, e suportam os mesmos encargos. Na igualdade comum não há distinção, que não provenha da diferença das faculdades pessoais, ou dos serviços prestados”²⁶. Com este espírito participou na feitura das leis consagradoras destes pressupostos. Os sonhos do poeta nunca esconderam, de facto, em Garrett, a condição de ideólogo e o horizonte do real.

Garrett tinha uma evidente consciência de classe. Como Herculano, aliás. Só que este, Joel Serrão já o fez notar²⁷, joeirava sistematicamente *liberalismo* e *democratismo*. Mas o nosso fogoso tribuno parlamentar ultrapassou claramente o patamar da simples adesão e vivência da liberdade, que caracterizou o posicionamento da generalidade dos liberais de toda a primeira metade do século XIX, penetrando ele em campos de nítida inspiração republicana e democrática²⁸. Façamos uma ilustração:

É sem paralelo, nesta geração que construiu e viveu o vintismo, a sua representação de *Povo*. E não foi representação esporádica. Tematizou-a em muitos e variados contextos. Faremos as referências indispensáveis à sua compreensão:

Além do orgulho que mostra quando faz radicar a construção de *Adozinda* e do *Cancioneiro* nos contos e nos cantos da ama Rosa de Lima e da mulata Brígida, torna essas obras numa sentida homenagem ao Povo, ao grande Povo. No rasto de Herder que atribui à *poesia popular* uma enorme importância científica enquanto padrão da criação literária autêntica, Garrett encontra

também nela a autêntica arqueologia nacional, os tipos verdadeiros da nacionalidade ou, no dizer de Teófilo Braga, "...o veio orgânico da tradição nacional" ²⁹. E não se está perante um conceito híbrido e generalista de *Povo*, daqueles que transportam selectividade de posse ou de herança. Não, Garrett concede-lhe um conteúdo e uma abrangência que determinam o uso de uma expressão própria e bem característica que elimina ambiguidades. Trata-se, e as expressões são dele, do *Povo-Povo*, da classe menos ilustrada, da população dos campos ³⁰, da massa anónima e produtora e que mais impostos paga. Atribui-lhe, até, o critério constituinte da especificidade da Pátria: "Nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular" ³¹. E no Prólogo ao *Frei Luis de Sousa* exprime mesmo a radicalidade do conceito tornado sistema político: "Este é um século democrático; tudo o que se fizer há-de ser pelo Povo e com o Povo... ou não se faz". Por isso, zomba o escritor dos que fazem revoluções ou pretendem mudanças políticas de fundo, marginalizando a participação e os interesses do Povo ³², e dos que pretenderam ou pretendem fazer vingar uma *Constituição* permanecendo o Povo ignorante ou inibido de colher os seus frutos. "E se depois de dois ou três anos o povo ainda pergunta *o que é a Constituição?*, diz, ³³ ai da Constituição e do povo!" Finalmente, é no Povo ilustrado que faz assentar a certeza da vitória final da Pátria e a felicidade da Nação: "O Povo há-de erguer o braço; não o duvidemos; há-de pelejar, e há-de vencer. Façamos quanto em nós está para que bem o erga, bem peleje, bem vença, e bem saiba usar da vitória." Assim se exprimia na Introdução desse tão importante livro político da época, quanto desconhecido pelo grande público, *Portugal na Balança da Europa*. Que melhor forma de exprimir a consciência da diferença entre a sua classe e a do povo, ou seja, entre este e a burguesia? Que melhor forma de insinuar a *soberania do povo* enquanto decisor definitivo dos destinos das nações?

Não queremos deixar de referir uma peça em que a consciência de pertença à burguesia não o inibe de uma forte crítica aos projectos desta, que na altura já nem eram inconfessados. Aí, a classe popular aparece como quem mais pode e menos ordena, descompassado que transporta sempre fermentos de revolução e põe em sério risco a própria burguesia, não só excessivamente acomodada, indiferente ou fruidora da nova situação, como activamente postergante dos direitos e dignidade do povo que, afinal, a sustentava. Melhor do que eu, diz ele, esse inconfundível parlamentar que a história tem consagrado como o melhor de todo o exercício da nossa Assembleia:

O que hoje quase é a classe média para o povo, foi ao princípio a aristocracia – um protector, um abrigo, um escudo contra o poder. Foi-lhe mister lutar com os reis; e o povo a ajudou: venceu e não tratou de abusar da vitória; de protectora e aliada tornou-se senhora, usurpou tudo, invadiu tudo, abusou de tudo. E o ciúme dos reis primeiro, a inveja e ódio dos povos depois, fez justiça ao usurpador. Caiu, como nós havemos de cair, apedrejada da indignação popular, se não reflectirmos e nos não moderarmos a tempo. E mais fácil, e mais pronto, e mais tristemente havemos de cair. Que a nossa oligarquia é estátua de pés de barro: aquela tinha alicerces de ferro e sanque que iam até às estranhas do país. E caiu! E o fanatismo religioso, e os preconceitos antigos, e a memória dos serviços passados, e o lustre das velhas prosápias, e a glória e a vaidade nacional, e a história cheia de seus nomes, e tudo rodeava de prestígios, e de força, e de autoridade a antiga aristocracia histórica. E caiu, e ela aí jaz por terra! E quando veio o dia grande e amargo, quando o povo se ergueu, e lhe pediu contas da sua usurpação, ela invocou todos esses prestígios, falou na religião, apelou para a história. E nada lhe valeu!

Nós se com os nossos abusos trouxermos esse dia, se fizermos a loucura de tornar obnoxia ao povo a nossa classe que ele ainda ama, que invocaremos nós no dia que nos pedirem contas? Falaremos na história? Mas nós ainda a não temos. Apelaremos para a gratidão dos serviços prestados? Mas quais fizemos nós, quais que a nosso prol não fossem?...

Vozes: – Oh! Oh!

O Orador com mais energia: Não podemos, digo, apelar para a gratidão dos povos, porque ainda não fizemos nada a favor dos povos. Disse e provo: o povo trabalha e produz, a classe média adquire. Dir-me-ão, que a classe média fornece os oficiais aos exércitos, os juizes aos tribunais, os legisladores ao senado, os literatos às academias. É isso que dizem?...

Vozes: – Sim, sim.

O Orador: – Assim é: e grande serviço temos feito em verdade!! Por cada oficial que a classe média dá ao exército, quantos soldados dá o povo? Marchemos contra o inimigo que está sobre nossas fronteiras. Aí vão batalhões pós batalhões. De que massa saíram?

Trava a peleja, a fuzilaria adelgaça as fileiras, a metralha varre os quadrados. Quantos morreram de espada na mão, quantos com a espingarda no ombro? Salde-se a conta e vejamos de que lado está a obrigação ou o serviço.

*Damos juízes aos tribunais; mas quem lhes paga? Nós ou o povo? Damos legisladores ao senado. Mas se a rebelião ataca o senado, as baionetas do povo é que o defendem. E o senado decreta mais tributos, e o povo paga. Que do nosso mais rigorosamente se pode dizer que de nenhum país, ser o povo quem paga os tributos; porque reduzido quase o erário a viver dos indirectos, sobre o povo vão eles pesar quase todos. Damos-lhe livros e doutores. Mas essa não é produção exclusiva da nossa classe: os sábios saem de todas, e não pretencem a nenhuma. Assim eles fossem menos e melhores!*³⁴.

Estávamos em 9 de Outubro de 1837. Em 1845 saíria à luz o *Arco de Santana* em memória e celebração da sua cidade invicta. Por confissão explícita, é obra de combate à oligarquia eclesiástica, mas é também de intransigente crítica e irónica caricaturação da burguesia mais exaltada e pretensiosa que sustentava o Cabralismo. Pouco depois, nas imortais *Viagens na minha terra*, teria a ousadia de questionar, em jeito de ideólogo de comunismo nivelador, que em várias ocasiões criticará como sistema, sobre quantas almas não é preciso vender ao diabo, e quantos corpos entregar ao cemitério para fazer um homem rico³⁵. Compreende-se, assim, o conteúdo do *Ofício* policial que lhe justificava o exílio, que o considerou “incompatível com a pública segurança” porque arrebatado pelas ideias do tempo³⁶.

Reflectindo a vertente político-administrativista do nosso escritor, o insuspeito Marcelo Caetano não se coibirá de reconhecer que Garrett “Não foi um mero declamador sobre o mito da liberdade: pretendeu, antes, ser o construtor de um efectivo regime liberal”³⁷. De facto, desde o início da década de 30, Garrett tornou-se numa das figuras mais activas e produtivas no capítulo do exercício da construção legal e das reformas administrativas e institucionais do país. Elabora e redige autonomamente, ou participa de forma decisiva na construção de muitos dos mais importantes documentos atinentes àquelas áreas. Assim é com o reconhecimento do direito de resistência dos deputados

ao rei, no acto de dissolução da Câmara Representativa; com o documento sobre a liberdade de imprensa; com o que consagra o carácter público dos processos e a instituição dos jurados em tribunal; com a elaboração do *Plano de Reforma do Sistema Educativo*; com a *Constituição* Setembrista de 1836 levada a cabo por Passos Manuel; com o *Parecer* sobre a neutralidade e propriedade literária, científica e artística; com os *Estatutos da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico-Representativo em Portugal*; com a representação à Rainha a favor da supressão do tráfico da escravatura; com o *Programa* do governo da Regeneração; com a redacção do *Acto Adicional à Carta* onde se instituíam princípios que ultrapassavam a moderação da Carta e remontavam à Constituição de 1822 e ao Setembrismo: eleição directa dos deputados; reforço do poder parlamentar sobre o executivo em matérias pesadas como a dos impostos, tratados, convenções, concordatas, comissões de inquérito; eleição das Câmaras Municipais pelos munícipes; legislação especial para administração das Colónias; abolição da pena de morte para crimes políticos etc.. Mas para além deste levantamento parcial, queríamos relevar a sua importantíssima participação no acto que deu expressão jurídica ao ideal que ele próprio havia sintetizado no *Portugal na balança da Europa*: “abolição dos tributos bárbaros, desproporcionados e injustos, como as dízimas, a maior parte das portagens e muitos dos direitos de consumo” (última secção, cap.XV). Referimo-nos à *Legislação de Mouzinho da Silveira*. Dela dirá o próprio Garrett: “Seja qual for o ponto de que se considerem, forme-se o conceito que se formar delas, é inquestionável que as Leis de 16 de Maio, de 30 de Julho e de 30 de Agosto de 1832 são um grande monumento, são o termo *onde verdadeiramente acaba o velho Portugal e de donde começa o novo*”³⁸.

Victor de Sá faz o seu estudo na obra *Época Contemporânea*³⁹, no sentido de nele buscar as pertenças de Garrett. Por isso, aqui diremos apenas, inspirando-nos na linguagem de Gaspar Simões⁴⁰, que com esse edifício legal se varreu o lixo da nossa legislação medievalista. Com efeito, e independentemente dos defeitos e lacunas, nele se estabeleceram as bases da construção de uma nova sociedade, dando-se cobertura legal a várias das intenções do ideal vintista que Garrett, mais que ninguém, representou. Na verdade, ele ultrapassa inequivocamente a mera participação na acção destruidora do velho, comprometendo-se decidida e activamente na construção do novo⁴¹.

É inquestionável a evolução política de Almeida Garrett. Bastará confrontar a sua poesia lírica revolucionária anterior ou da época vintista ou os comunicados à academia, com o Discurso Parlamentar de Fevereiro de 1840 conhecido como Discurso do Pireu, onde enaltece a ordem e a tolerância por oposição aos exageros dos que continuavam a arvorar a bandeira da Constituinte, da Convenção e dos Jacobinos franceses cujos mestres, sobretudo Rousseau, tanto o haviam inspirado no furor da sua juventude; basta ter em conta a agressividade patente contra os Frades (“Frades, frades...Eu não gosto de Frades! ⁴²⁾), e a Igreja, aquela que atiçava as fogueiras do Rossio, que benzia a corda das forcas do Campo de Sant’Ana e destilava ódio e perseguia os liberais, ou então a veemente oposição à integração das aulas primárias nos seminários... “Agora vêm os padres da doutrina, diz em intervenção nas Cortes em 22 de Maio de 1843; depois hão-de vir os congregados; e no fim de certo tempo o ovo choca-se e aparece o fradinho...”, basta comparar estas posições, dizíamos, e ler depois a proposta apresentada na Câmara dos Pares em 1854, último ano da sua vida, no sentido de a educação primária poder ser exercida nos mosteiros e conventos femininos ou integrada nas paróquias, o que lhe valeu uma forte acusação de reaccionário feita pelos mais duros opositores da intromissão da igreja no ensino. Ou então bastará apurar a verrinosa linguagem com que sempre apodou os barões, essa “babugem que depois das marés revolucionárias sempre cobre e mancha o areal costeiro” e que foi, continua, o único grupo social a fazer perder a paciência a Cristo” ⁴³⁾ (I:179), e constatar que acabaria também ele, como o Carlos das *Viagens*, aceitando o título de Visconde, ser Par do Reino e ser Ministro! Como é do conhecimento geral, estes têm sido aspectos claramente empolados pelos seus tradicionais críticos. Tenha-se, todavia, em conta que, quase sempre, houve razões estruturais de sentido positivo que condicionaram ou determinaram esta evolução. Entre elas, a experiência acumulada que refinou o seu sentido realista; também o seu maior saber; os contactos com outros padrões de cultura, sociais e políticos. Mas não seria curial deixar de referir os efeitos de um natural desgaste decorrente de continuados sofrimentos, misérias e frustrações que se repercutiram, também, numa morte prematura. Quanto a posicionamentos mais conjunturais, alguns tornados ferretes depreciativos pelos seus detractores, como a questão do título de Visconde, pelo próprio foram aduzidas as razões que a história já reconheceu. Na ver-

dade, mais que ninguém, ao longo da vida que lhe foi madrastra, Garrett cumpriu o aforismo popular que ele próprio a si aplicou, “honra e proveito não cabem num saco”. O seu desprezo pelo exercício do poder tornou-se flagrantemente patente quando, na discussão da injusta e subreptícia lei da décima, estávamos em meados de 1841, e desempenhando cumulativamente com a função de deputado, embora a título gracioso, os honrosos cargos de Director do Conservatório, Inspector Geral dos Teatros, Director das escolas de declamação e Cronista-mor do Reino, desferiu um violentíssimo ataque ao ministro da tutela da Fazenda, Sr Ávila, de consequências previstas e quase anunciadas, que se viriam integralmente a cumprir 4 dias depois, com a demissão de todos esses cargos⁴⁴. O mesmo desprezo pelo poder demonstraria com a recusa de funções de grande nomeada social e política, como as oferecidas por Passos Manuel.

Poderíamos, então, dizer que a evolução de Garrett, pelo próprio reconhecida e caracterizada⁴⁵, obedece, sobretudo, a uma necessária adaptação, que arrasta quase sempre desilusões e desgastes, aos desvios naturais das inconstantes leis do progresso positivo da história humana aplicados à circunstância portuguesa, não deixando nunca, contudo, de se manter fiel aos valores essenciais e de persistir na luta por eles. De qualquer forma, e fazendo balanço através das palavras do actual Presidente da Assembleia da República Almeida Santos, *o crédito do seu génio, determinação e coragem, sobreleva infinitamente o débito dos seus pecadilhos veniais...*⁴⁶.

Garrett viveu muito em pouco tempo, ele próprio o sentiu e disse⁴⁷. Vários e importantes estudiosos e biógrafos seus, nomeadamente o grande Gomes de Amorim, lastimaram em nome das letras portuguesas que ele tenha gasto tanto tempo, e se tenha tanto gasto com a política e com as mulheres. Foi um mote que pairou, curiosamente, em muitas das intervenções integradas nas Comemorações do centenário da sua morte em 1954, promovidas pelo poder oficial de então. Ora, este é um ponto em que, quanto mais leio e reflecto o autor, mais cimento a opinião contrária. É hoje minha convicção, não isolada, note-se, que esses são precisamente os dois mais importantes núcleos estruturantes da sua vida, da sua obra e do seu ideário. Mesmo a preocupação educacional que envolve a generalidade da sua obra, e os escritos que especificamente lhes dedica, reflectem o pressuposto enunciado. E se aceitarmos que qualquer forma literária se sustenta e á muito função das raízes

vivenciais e dos conteúdos que preenchem o interesse e os sentimentos do autor, teremos de concordar que sem política e sem mulheres, não se teria construído este fabuloso mundo literário de Garrett. E a ser outra a sua circunstância vivencial, que superioridade poderia daí ainda advir?

A 10 de Fevereiro de 1854, 10 meses antes da morte, sintetizava Garrett os alardes que ao longo da vida foi produzindo contra o ranço que cobria o que de mais institucional existia na cultura, política e educação portuguesas. Fazia-o na Câmara dos Pares terminando com estas palavras de esperança para o futuro de Portugal: “Graças a Deus, à Ilustração e à Liberdade que o mundo já vê mais claro e que não tardará a penetrar pelas nossas fronteiras a luz que já ilumina o resto da Europa”. No crepúsculo da vida continuava a sonhar o poeta/político com a felicidade da sua Pátria, penetrado como fora pela convicta certeza de uma dialéctica universal que não admite cristalizações e que se salda sempre, entre os avanços e os recúos que marcam a sua dinâmica, pelo *progresso*, invocado directamente nos *Estatutos da Sociedade Conservadora* ⁴⁸, e nas *Viagens* pela metáfora de Cervantes e pela teoria de Condorcet ⁴⁹, nele enquadrando as crónicas do passado, a história do presente e o programa do futuro ⁵⁰. Inacabado permanece este desejo-esperança de Garrett, permanecendo ainda nítida a nossa diferenciação negativa no contexto geral europeu. Estamos certos, contudo, que mais largo seria o descompasso hoje, se a sua história não tivesse coincido com a história dessa Pátria, já que outra coisa não foram, as duas, senão a história de uma luta cerrada e porfiada pela *Liberdade* sustentada pela *Ilustração*, garantias estas de *outros modos de ser, de estar e de pensar*.

Notas

¹ Referimo-nos à obra: *Portugal e as origens do pensamento moderno* (Lisboa, Livros Horizonte, 1981).

² Ler o pertinente e curioso artigo de Eduardo Lourenço "Repensar Portugal" publicado na *Revista Abril* n.º 2 (Março de 1978) e inserido na obra do autor *O Labirinto da saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992 [1978], 5.ª ed.:65-78. Aí fala no "famigerado movimento da célebre "filosofia portuguesa".

³ "...éramos nós nessa gloriosa época a mais instruída nação do universo; os sábios da Europa vinham a Lisboa aprender de nossas descobertas, e conversar com nossos viajantes, matemáticos, e filósofos para se instruírem". Assim se exprimia o nosso autor em nota ao *Da Europa e da América e de sua mútua influência na causa da civilização e da liberdade* (In: *Obras Completas: Obra Política – Doutrinação da Sociedade Liberal*, coord. de Luís A. Costa Dias, Editorial Estampa, 1991:112).

⁴ Almeida, Teodoro (1780), "Oração na abertura da Academia das Sciencias em 1 de Julho de 1780", in: Ayres, Christovam (1927), *Para a história da Academia das Sciencias de Lisboa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, pp:97-104.

⁵ *Juizo sobre os Autores impios, e obscenos que devem ser condenados, ou pelo Index, ou pelo Edital desta Real Meza, precedido de alguas reflexões sobre a condenação, e queima dos livros*. ANTT, s.d., Cx 3, n.º 23.

⁶ Elíseo, Filinto (1817-1819), *Obras Completas*, Paris, Officina de A. Dobée, 2.ª ed., vol.VI:546.

⁷ Este texto que se encontra em forma manuscrita no Arquivo de Distrital de Braga, abre a colectânea que Victor de Sá dedicou à impressão de manuscritos do autor de título: *Ribeiro Sanches – dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*. S. I., Livros Horizonte, 1980 [1972], 2.ª ed.

⁸ [G., O. de ...], Garrett, A., *Obras de...*, Porto, Lello & Irmãos Editores, I:1228.

⁹ A. Sérgio, *Ensaio*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1977, 2.ª ed., II:27.

¹⁰ É este um tema recorrente entre os autores portugueses, contemporâneos ou mais antigos. Lembramos o escrito de 1977-1978 que abre a obra atrás referida de Eduardo Lourenço, de título "Psicanálise mítica do destino português".

¹¹ Já o representante da Bélgica em Portugal Charles Serruys informava o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Conde de Mérode, aquando da partida de João Baptista para aquele país como encarregado de negócios e consul, de que este seria o melhor poeta do tempo (Henrique Ferreira Lima, *Garrett Diplomata*, Gaia, 1932:17); a mesma ideia exprimirá o Ministro belga na nossa corte em 8 de Março de 1852 quando informa o seu ministro da tutela sobre o perfil do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros português: o primeiro entre os poetas contemporâneos e um orador muito afamado (ib:80).

¹² Gusdorf usa a expressão mais que uma vez. Veja-se, por exemplo, a obra *Dieu, la nature, l'homme au siècle des lumières*, Paris, Payot, 1972:49.

¹³ Leia-se, a propósito, o recente e incisivo artigo de Ofélia Monteiro "Garrett, romantismo

e modernidade”, in: *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 1999 (n.º 4, Jan.-Março), na senda, aliás, de escritos vários do sempre actual e atento Jacinto do Prado Coelho, como são “Garrett perante o iluminismo” (1954), “Garrett perante o romantismo” (1954) e “Garrett prosador” (s.d.), publicados por Costa Barreto (org.) em *Estrada Larga – Antologia do supl. <<Cultura e Arte>> de <<O Comercio do Porto>>*. Porto, Porto Editora, s.d.. Cada um releve, a seu modo, os propósitos cívicos e pedagógicos do autor de *Camões* e *D. Branca* no exercício literário do romantismo segundo parâmetros de clara modernidade, apesar do que possa aparentemente haver de contraditório nas duas situações.

¹⁴ Não só, mas foi sobretudo no exílio que adquiriu o espírito universalista tão característico das Luzes.

¹⁵ Simões, J. Gaspar, *Garrett – quatro aspectos da sua personalidade*. Homenagem do Ateneu Comercial do Porto, 1954:23.

¹⁶ Referimos mais três casos aleatórios com intenção meramente ilustrativa: Alberto Ferreira em “Garrett e o poder burguês” inserido em *Estudos de Cultura Portuguesa*, Moraes Eds, 1980, publicado pela primeira vez na *Seara Nova* (1972); Eduardo Lourenço em *Labirinto da saudade*, [1978] 1992:83/84; Almeida Santos, “Almeida Garrett – um quase retrato”, in: *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Instituto Camões, n.º 24 (Jan.-Março de 1999), p. 12.

¹⁷ G., O. de, *Obras de...*, I:1662.

¹⁸ Id., *Obras Completas de...*, Grande Edição Popular, Ilustrada, prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Theophilo Braga, Lisboa, Empresa de Portugal, I:XL.

¹⁹ Id, G., O. de..., I:1717.

²⁰ Entre as várias análises que seguem a via demonstrativa desta realidade, ilustramos com a recente obra de Victor Mendes: *Almeida Garrett – crise na representação nas Viagens na minha terra*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999. A dialéctica Natureza-Sociedade que atravessa a obra, por exemplo, é padronizada com a perspectiva de Rousseau, na pegada, aliás, de Prado Coelho e Carlos Reis; os vícios do *homem social* do genebrino, encontram concretização no Carlos das *Viagens* que acabará por adquirir o vício supremo da agiotagem.

²¹ Rousseau, Mably, Volney e Condorcet são autores a cuja autoridade ameaça recorrer, se necessário, para provar a legitimidade da nossa revolução (G., O. de...I: 1052).

²² Garrett evoca sentidamente este facto nas *Viagens na minha terra* (ib:46/47).

²³ Ler, sobre esta temática, o interessante artigo de Aníbal de Castro “Garrett: um dramaturgo moderno, leitor dos clássicos”, in *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 1999 (n.º 4, Jan.-Março).

²⁴ G., O de..., I:1071.

²⁵ Ib: 1568.

²⁶ Ib:1101.

²⁷ Serrão, Joel, *Temas de cultura portuguesa II*. Lisboa, Livros Horizonte, 1989:46.

²⁸ Ver o artigo de Augusto da Costa Dias “Garrett republicano”, in: *Seara Nova*, n.ºs 1505 e 1507 (Março e Maio de 1971).

²⁹ Braga, T., *História da poesia popular portuguesa*. Lisboa, Vega, 1987:496.

³⁰ G., O. de..., II:691.

³¹ Ib, I:1745.

³² Ib:833/34.

³³ Ib: 1084 e 1914.

³⁴ Ib:1275.

³⁵ Ib:21.

³⁶ Amorim, Francisco Gomes de, *Garrett – Memórias biográficas*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, I:339.

³⁷ Caetano, Marcelo, "Garrett administrativista no Conselho Ultramarino", in: *Páginas inoportunas*. Lisboa, Liv. Bertrand, 1959:68.

³⁸ G., O. de..., I:994. O sublinhado pertence-nos.

³⁹ Edição dos Livros Horizonte, 1981.

⁴⁰ Simões G., op. cit.:50.

⁴¹ Ver, a propósito, a "Introdução" de Manuel Mendes (1954) aos *Discursos Parlamentares de A. Garrett* (Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., pp:9-36).

⁴² G., O. de..., I:61.

⁴³ Ib:179.

⁴⁴ Eis como comenta estas decisões na sessão das Cortes de 26 de Julho de 1841: "Quanto a mim, a minha conta com os senhores ministros está saldada; acabou-se a história, e agora vamos a vida nova" (In: Ferreira Lima, op. cit.:64).

⁴⁵ "Que é do Alceu que bramava liberdade, o Anacreonte que zombava com o prazer, o Tirteu que precedia as falanges da Terceira..." (G., O. de..., I:1663).

⁴⁶ Santos, Almeida, op. cit., p:12.

⁴⁷ G., O. de..., II:1618.

⁴⁸ "...o género humano nunca se engana no seu progresso" (ib,I:1228).

⁴⁹ Em *Da Europa* aplica a teoria dos vasos comunicantes ao fenómeno da necessidade de nivelamento civilizacional dos povos, encarando este sob o signo, também necessário, do progresso.

⁵⁰ G., O. de..., I:17.